



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 32

Sessão Ordinária de Fevereiro

5.ª Reunião de 16-03-2007

Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, José Carlos Carvalho Pedroso, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, António Bastos Marques Rodrigues, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Júlio Campos Soares, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim Santos Abreu, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Jorge Luís da Silva Ribeiro, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel Pinho Regala.

Pelas 21:00 hora a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Luís Claro de Jesus, António Fernandes Pedroso, Manuel Vieira dos Santos, Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Raúl Ventura Martins e Diogo Manuel Santos Soares Machado, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, João Carlos Carvalho Pedroso, António Bastos Marques Rodrigues e Joaquim dos Santos Abreu.

Os sucedâneos na lista de candidatura Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro Rodrigues Santos e Telmo Vieira Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Júlio Campos Soares e Jorge Luís da Silva Ribeiro, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 6. PROPOSTAS APRESENTADAS NA ÚLTIMA SESSÃO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO BLOCO DE ESQUERDA, PARTIDO COMUNISTA E PARTIDO SOCIALISTA, QUE NÃO FORAM APRECIADAS.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do Partido Bloco de Esquerda, para apresentação das propostas:

A) – PROPOSTA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO DE TABOEIRA/CACIA;

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁶⁵:

“Vou começar por apresentar a proposta da criação de uma comissão de acompanhamento no âmbito desta assembleia. Quem tem acompanhado o que vem escrito na comunicação social, sabe perfeitamente que aquela lixeira, em termos ambientais, tem muita falta de condições. De tal forma que assiste-se progressivamente à contaminação das águas dos poços, à contaminação do ar durante todo ano, com especial incidência como é natural no Verão. No Verão os cheiros são nauseabundos, a população de Taboeira é a principal prejudicada porque a predominância dos ventos são de Norte e por isso se diz que por vezes os cheiros chegam ao Retail Park.

Portanto trata-se em nosso entender e em entender das populações afectadas, uma questão de saúde pública. Há alguns factores, que são apontados pelas associações ecologistas, que contribuem para isso. E uma das razões porque aquele aterro deva ser fiscalizado por uma comissão desta assembleia é nomeadamente os incêndios que se provocam no Verão com a fermentação e as elevadas temperaturas do pico do Verão. E, também, segundo essas organizações a dimensão dos alvéolos. Ou seja, tornando isto prático e figurativo, se fizermos um alvéolo pequeno ao final de um ano terá que ser fechado, se fizermos um do dobro a utilização será de três anos — quanto maior for a exposição maiores serão os prejuízos para a saúde pública.

Terminando, a ideia é um pouco que esta assembleia através dos mecanismos que tem ao seu alcance, que sirva de fiscalizadora e que exerça pressão sobre a empresa que gere aquele aterro no sentido de que os preceitos legais sejam seguidos e no sentido de defendermos um pouco a saúde pública dos nossos munícipes. Obrigado.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁶⁶

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁶⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁶⁸

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) ⁶⁹

Vogal António Regala (PCP) ⁷⁰

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁷¹:

“Dado que não especialista nesta matéria, apenas e só, para reflectir o materialismo que está em causa utilizando o empiriocriticismo que a mim me assiste nesta matéria. Eu quero corroborar a proposta do Bloco de Esquerda com a qual concordo. E penso que nesta matéria, eu desde logo me excludo, dado que não sou competente para avaliar e sei que não sou. E portanto, recuso a alternativa apresentada pelo Dr. Manuel Coimbra, dizendo que todos

devemos fazer parte disto. Isto é a mesma história que me pedirem para ir verificar algum lagar de azeite, do qual eu não percebo nada. Há coisas que o empiriocriticismo nos coloca na ordem do dia.

Todos nós sabemos que os aterros sanitários não são “pêra doce”. E todos nós sabemos onde nos colocamos e nos situamos — numa zona de aluvião quaternária.

Todos nós sabemos os riscos que porventura, qualquer coisa deste nível pode neste casos colocar. Razão porque as contaminações não são só frequentes, como são inevitáveis. E ao serem inevitáveis o erro é um erro — diria um bom católico, é um pecado venial. Porque é um erro de base, assim que se coloca esta questão.

Razão porque nós não estamos preocupados para onde é que irá. Temos é que estar preocupados é para que não vá para mais nenhum local que tenha estas características. Isto é, qualquer aterro a constituir-se, deve ser feito em locais que não sejam de aluvião ou quaternários, em boas ou melhores condições nos terrenos secundários, mas a grande tarefa, o grande suporte e garantia será na Meseta Primária — não há outra alternativa em Portugal; ou criar soluções alternativas. Esta é que é a questão que deve ser colocada. Mas todos nós vivemos os problemas ambientais sempre assobiando para o lado e atirando para o vizinho, não assumindo nunca de modo que a sejamos consequentes. E por isso, acabamos por cometer imensos erros — mas para isto falarão os técnicos. E eu quero crer, que poderíamos se fossemos avisados ter utilizado o know how que a nossa terra possui. A Universidade de Aveiro tem nesta área conhecimento profundo que poderia auxiliar fortemente. Por isso quero crer que o técnicos porventura com boas ligações à Universidade de Aveiro (e isto era um aditamento à proposta da Comissão do Bloco de Esquerda), é que desta assembleia se porventura alguns elementos devem ser colocados, devem ser colocados os elementos técnicos com a capacidade e que possam de facto contribuir e ajudar não só o concelho de Aveiro como os concelhos limítrofes por forma a encontrar soluções e não remendos para a matéria. Porque queiramos ou não, quando cá chegámos este mundo já existia. Nada disto é nosso. A capacidade que possuímos tem sido de pouca capacidade construtiva. Temos destruído muito mais comprometendo de facto a qualidade de vida dos nossos vindouros. Saibamos assumir a coragem de num momento por todos, não prejudicar mais aqueles que hão-de vir e nos julgar. Disse.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁹¹²

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁹¹³:

“Senhora Presidente, eu queria apenas fazer uma pequena intervenção muito breve. Só para sublinhar a relevância desta proposta e a sua oportunidade. Julgo de facto e já foi dito aqui que a situação do aterro é grave. O aterro esgotou a sua capacidade apesar das tentativas de prolongamento da sua vida útil com ampliações. E parece-me particularmente útil que se crie uma Comissão nesta Assembleia para acompanhar o processo que é complexo e que terá obviamente de envolver vários municípios e várias entidades.

Mas queria também dizer aqui e aproveitar esta oportunidade, para chamar atenção dos senhores deputados, que a resolução deste problema deve apelar a que esta Assembleia e em particular aos cidadãos que a compõem que, a gestão dos resíduos sólidos urbanos não se esgota na localização de um novo sítio para um novo aterro. Passa também por cada um de nós, individualmente, ter uma noção do seu contributo em termos de resíduos e de procurar reduzir a produção de resíduos nas suas habitações, de reutilizar e separar selectivamente de acordo com os sistemas que estão disponíveis aos cidadãos. Isto, obviamente, independente de outras soluções como a incineração ou a combustagem dos resíduos que como sabem é uma das soluções possíveis e que está a ser considerada.

E já agora, chamo a atenção também, que no dia 12 de Fevereiro acabou de ser aprovado o PERSU II onde são considerados vários cenários possíveis de resolução dos problemas. Não é preciso ir à Universidade (obviamente a Universidade estará disponível para colaborar) porque o país está a evoluir nesta matéria de como fazer. É preciso é mobilizar os recursos disponíveis e a vontade política para promover essas iniciativas.

Só acrescentar um pequeno detalhe. É que, para além de este assunto apelar ao nosso comportamento individual enquanto cidadãos para um melhor desempenho ambiental, chamo também a atenção para a importância da divulgação periódica por parte das Câmaras Municipais sobre o contributo ambiental dos cidadãos, quando eles procuram separar ou produzir menos resíduos, no sentido de ver qual está a ser o nosso contributo relativamente com outros municípios, e verificarmos se é necessário fazermos mais esforços e porquê. Muito obrigado.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) ⁰¹⁴

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) ⁰¹⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰¹⁶

“Estamos no ponto 6 da ordem de trabalhos, que é um ponto eminentemente político. E que é no fundo a essência máxima deste plenário. Agora, pelas questões aqui levantadas permitam-me uma ou outra informação no processo. É assumidamente por todos um caso gravíssimo com que nos confrontamos aqui no nosso concelho. Já aqui foi referido tudo o que havia para referir. A questão do mau cheiro, a questão da contaminação, e também a imagem que passa de não se fazer nada de continuar tudo na mesma. E portanto neste processo terá sido a decisão que depois de muitos anos terá sido tomada pelo governo de optar pelo sistema de tratamento. Fez uma opção, decidiu, publicou que o tratamento será através das chamadas “unidades de tratamento mecânico ou biológico”. A decisão foi tomada e a partir daí é claro que esse é o caminho. Pelo que é dito pelas associações ambientalistas e pelos técnicos este será o mais seguro dos sistemas de tratamento que poderão existir.

Em relação ao caso concreto dizer o seguinte: na linha dessa preocupação já fizemos e temos feito aquilo que é a nossa obrigação e temos desenvolvido diversas acções. Quer em diversas reuniões com a ERSUC para analisarmos a problemática e apontarmos novos caminhos, quer mesmo com entidades máximas, fundamentais, neste sector. Ainda na quarta-feira tivemos uma ida a Lisboa à rua do Século, exactamente para analisar este assunto. De modo que ele está a ser aprofundado, estamos a fazer caminho, a fazer percurso. E acreditamos como é nosso dever, de que irá ser encontrada uma solução ambientalmente correcta. Obrigado também pela participação e pelos alertas que também são importantes para nós.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰¹⁷

“Se me permite só uns pequenos esclarecimentos aos comentários que foram aqui feitos. Só para dizer que não vale a pena virem para aqui com piruetas políticas. Este é um assunto muito concreto. Trata-se desta assembleia analisar se é útil politicamente formar uma comissão, nada mais. Tudo o mais são saltimbancos, piruetas e discussões.

Gostava também de me referir aos comentários da deputada Teresa Fidélis, porque aquilo que aqui frisou é muito importante. De facto a educação das pessoas é importante. Há pessoas que têm cuidado com isso, nota-se na cidade mais cuidado, mas nas freguesias esse cuidado não é evidente. As pessoas têm muita falta de cuidado. Os contentores não chegam porque vão aumentando os bairros (em Cacia nota-se isso muito bem), mas noutros lados até mesmo aqui na cidade os contentores não acompanham o aumento da população e existe lixo no chão, sistematicamente todas as semanas. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o vogal João Barbosa)

De seguida a Presidente da Mesa⁰¹⁸ colocou à votação o ponto 6, alínea a) – Proposta criação de uma Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário de Taboeira/Cacia, sendo rejeitado, com treze votos a favor (PS11+PCP1+BE1) uma abstenção (PSD) e vinte dois votos contra (PSD16+CDS6).

Declarações de voto:

Vogal Casimiro Calafate (PSD) ⁰¹⁹:

“Muito obrigado, Senhora Presidente. A minha declaração de voto em relação à minha posição de abstenção, em relação a esta situação verifica-se porque entendo que ou a criação de uma Comissão, ou a própria Câmara Municipal, ter uma actuação na sequência da discussão que aqui foi feita mais incisiva sobre esta situação — o que me preocupa é que, não os factores de parcelares mas o fundamental. E o fundamental é que, quem tiver poder, e aqui penso que se calhar é a Câmara que deve face ao que aqui foi dito, actuar em conformidade e defender essencialmente os interesses da população de Aveiro. Obrigado.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²⁰:

“Antes da declaração de voto propriamente dita, uma declaração pessoal. Estou espantado! Estou surpreendido! Primeiro devo dizer que estou espantado com o comportamento da maioria. Segundo o meu grupo quis secundar a proposta porque pareceu razoável e eficaz e ainda porque protegia a Câmara. Protegia a Câmara, porque com uma Comissão a trabalhar era um entretém, um intermédio, um interlúdio. (ouvem-se vozes) Senhor deputado é um entretém, porque é um entre tempo, é um pára-choques em relação à Câmara. V. Exas. o que estão agora a fazer é criar aqui o chamado abcesso de fixação — até ao fim do mandato ninguém mais larga a perna da Câmara a perguntar como é que é. E já na próxima Sessão da Assembleia vai ser agendado isso. É evidente, ou então proponho uma Comissão que seja formada só por elementos da maioria — que é inédita, mas pode simplificar.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰²¹:

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Em nome da bancada do PSD gostaríamos de explicar as razões porque votámos contra esta proposta da criação da comissão. É porque achamos que esta comissão não seria útil para resolver o problema grave que temos neste momento no aterro sanitário de Cacia/Taboeira. Este problema passa como o Senhor Presidente da Câmara disse, por um acompanhamento estreito do nosso órgão executivo. E esta Assembleia tem todo o poder fiscalizador que a lei lhe confere para continuarmos a fazer todas as questões, todas as perguntas em plenário, para toda a gente, toda a população, poder ficar informada logo do decorrer das negociações que se vão tendo com a ERSUC. Gostaríamos também de reforçar o nosso pedido de recomendação à Mesa da Assembleia para que providencie junto da Câmara Municipal de Aveiro e junto da Administração da empresa para a visita daqueles que quiserem desta Assembleia, aqueles que estiverem dispostos a aguentar o cheiro, para bem do nosso município, porque achamos que devemos “in loco” assistir e ver o que se está a passar e conversar com os responsáveis da empresa acerca do presente e acerca também do futuro daquela zona e do futuro do destino dos lixos da nossa região. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) ⁰²²:

“A bancada do CDS votou contra, não obstante manifesta-se preocupada com o tema e essa preocupação foi reconhecida aliás por esta Assembleia pela atenção que dispensou ao mesmo.

Não deixa por isso mesmo de enaltecer o deputado que aqui trouxe a questão, porque ela tem toda a pertinência. No entanto recorda (e é bem que se lembre) que a responsabilidade deste tema não é do presente, é do passado. E o responsável tem um nome: Partido Socialista no executivo que negociou as condições da criação do aterro, no local em que está. Porque ao não preparar o acordo admitiu mais intervenientes no decurso do processo. Não trouxe contrapartidas para Aveiro e mais do que isso, não definiu o local para onde o aterro deveria ir — e era um ponto importante, indispensável, que deveria ter presente e que a nossa bancada na altura aqui severamente criticou.

Terceiro ponto. Votámos contra, também, porque sabemos da preocupação, aliás aqui referida pelo Senhor Presidente da Câmara, com que a Câmara, órgão próprio para tratar do problema o vem acompanhando. Tentando com os demais intervenientes encontrar solução para o mesmo, porque o problema é grave.

Votámos contra, por entendermos que, como muito bem foi dito aqui passo a imodéstia por esta bancada, ao referir que o assunto, com a importância que tem se esgotou com a discussão nesta Assembleia por trazer o problema à memória. Portanto, reputamos a comissão absolutamente inútil porque há outro órgão que esse sim, a esse compete fazer a interveniência na resolução do problema e a esta Assembleia a fiscalização do órgão executivo. E, portanto, no lugar próprio a faremos sem a necessidade de comissão.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²³:

“Só para dizer que, é estranho o comportamento, nomeadamente do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, que antes da discussão disto esteve aqui a falar comigo e estivemos aqui a alinhar algumas agulhas relativamente a este ponto.

Também a vossa posição é (na minha opinião), politicamente, é desonesta. Mais ainda se torna por este assunto Senhor deputado do PP, porque não vem do tempo do Dr. Alberto Souto, já vem de antes, vem do tempo do Prof. Celso.”

Presidente da Mesa ⁰²⁴

Vogal Carlos Candal (PS) – Para apresentação de um protesto nos termos do artigo 32.º do regimento ⁰²⁵:

“Muito obrigado. A todos nós cumpre defender o Estado de Direito Democrático. E o Município de Direito Democrático e a Assembleia de Direito Democrático — nos termos do regimento. A intervenção do senhor deputado Jorge Nascimento acaba por condenar um instituto regimental que é o das comissões ad hoc. Com aquilo que disse nunca mais se justificará qualquer comissão ad hoc sobre qualquer tema. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS): Para apresentação de um contra-protesto nos termos do artigo 32.º do regimento ⁰²⁶:

“Senhora Presidente queria lavrar um contra-protesto. Contra-protesto, contra o protesto do ilustre deputado desta Assembleia, que já foi aliás seu brilhante Presidente da Mesa, porque cada comissão é um caso. Cada comissão é uma individualidade e eu não me manifestei contra as comissões em geral, mas contra esta comissão concreta. Lamento que não tenha sido feita (desconhecendo a razão) essa distinção. Obrigado.”

(Reentrou na sala o Vogal João Barbosa)

B) – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A ELABORAÇÃO DE UM ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM 2008 (BE);

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do Partido Bloco de Esquerda, para apresentação da proposta:

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²²:

“Senhora Presidente, eu necessito dos meios audiovisuais desta Assembleia para fazer a explanação desta proposta.”

Presidente da Mesa ⁰²³:

“Senhor deputado, dizem-me os serviços que não há condições para a apresentação, uma vez que há uma avaria nos meios audiovisuais instalados nesta sala, por isso tem de prescindir. Terá de apresentar da forma tradicional sem os meios audiovisuais.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²²:

“Senhora Presidente, esta proposta já foi entregue em Dezembro do ano passado. Teve alguns solavancos processuais, pelos vistos vais ter outro. A Senhora Presidente vem dum vila industrial, passa por outra para chegar aqui que é Cacia, e ainda não deu conta que entrou numa cidade que é digital e, portanto, devia ter outras condições. A senhora é que é responsável perante mim, é que é responsável. Portanto eu não tenho boas condições para explicar isto porque, nomeadamente para algumas pessoas custam a compreender certas coisas, e preferia que este assunto passasse para o fim.”

Presidente da Mesa ⁰²⁰:

“Senhor deputado, perdeu tempo à volta de uma questão que nós não temos solução para ela — está avariado. A questão é a seguinte: os serviços esta tarde vieram testar o som para a realização desta reunião. Não havia qualquer som, nem meios, ausência absoluta dos meios de som. Fizeram o possível por colocar os meios mínimos para podermos efectuar esta reunião, inclusive veio uma equipe do Teatro para consertar o som, ficando provisoriamente, e o senhor deputado vem agora querer que até ao final da noite isto fique resolvido!? Não ficará. Se o senhor deputado quer apresentar a proposta sem os meios muito bem, mas até lhe dou outra sugestão: se quiser faz transitar a proposta para a próxima sessão da assembleia que a Mesa agendará a proposta. Agora, não insista numa coisa que é impossível.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²⁰:

“Senhora Presidente, mais uma! Eu quero apresentar a proposta, não tenho é condições.”

Presidente da Mesa ⁰²⁰:

“Muito bem. Fica para a próxima sessão o agendamento desta proposta. Vamos então agora à proposta sobre impacto económico local provocado pela criação de portagens na A17 e na A29. Dou a palavra ao senhor deputado para apresentação da proposta.”

C) – O IMPACTO ECONÓMICO LOCAL PROVOCADO PELA CRIAÇÃO DE PORTAGENS NA A17 E NA A29 (PCP);

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do Partido Comunista Português, para apresentação da proposta:

Vogal António Regala (PCP) ⁰²¹:

“Muito rapidamente. Com certeza já toda a gente a leu e com certeza votarão consoante a sua consciência. No entanto queria dizer que foi um tema bastante vivo durante uma determinada altura que se tornou notícia de jornal. Embora apareça só agora por força de calendário, mas não está desadequada porque a qualquer momento estaremos sujeitos a que nos apareça de novo a ameaça de cobrança de portagens tanto na A17 como na A19 e com todos os prejuízos daí inerentes e que estão explicados nesta Moção. É tudo.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³²

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰³³

Vogal Jorge Nascimento (CDS) ⁰³⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰³⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰³⁶

De seguida a Presidente da Mesa⁰³² colocou à votação o ponto 6, alínea c) – O impacto económico local provocado pela criação de portagens na A17 e na A29; sendo rejeitada a Moção com quatro votos a favor (PS2+PCP1+BE1) dez abstenções (PS10) e vinte três votos contra (PSD17+CDS6).

Declarações de voto:

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰³⁸:

“Só para dizer porque é que nós votámos contra esta Moção. Porque esta Moção procura agrupar tudo e falar sobre tudo e baralha-se e baralha uma série de questões. Porque não se restringe a que nós nos pronunciemos contra as portagens, mas sim fala sobre um outro conjunto de redes viárias que não têm propriamente a ver com a área de jurisdição desta Assembleia Municipal. Mete também na mesma proposta de Moção reuniões com uniões de sindicatos e com a Associação Comercial e outras coisas assim, quando em princípio até sugere alguns sindicatos e não outros para troca de opiniões e conhecimento mútuos. Quer dizer, não me parece que seja propriamente uma Moção como aquela que nós gostaríamos de ver aqui, que fosse muito objectiva e que dissesse respeito àquilo que realmente nos interessa, que é: protestarmos contra a introdução de portagens na A17 e na A29. Se a Moção fosse só isso e se restringisse a isso, pois é claro que teria o voto favorável do PSD. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰³⁹:

“Aqueles que votaram a favor entenderam fazê-lo porque tem opinião formada e entendem que adoptando dessa maneira, ao menos formalmente, estão a defender os interesses do concelho — que é a razão subjacente à proposta do PCP. Os que se abstiveram não têm essa certeza que defender o concelho, certo, seria desta forma. Mas o problema é que a política tem que se ver numa outra amplitude, numa outra largueza e, portanto, isto é um problema de cunho nacional. De cunho nacional, para cuja resolução pouco ou nada contribuem os palpites ou as atitudes voluntaristas, avulsas, e pontuais, deste ou daquele partido, neste ou naquele concelho. E já agora”post-scriptum” em relação à minha irritabilidade deputado Coimbra. É capaz de ter alguma razão, mas eu explico-lhe que é para que não se repita. Eu “engalinho” que o senhor invoca eu ter sido presidente da assembleia. Já foi! Pode ser que volte a ser, mas já foi! Devo dizer-lhe o seguinte: eu antes de ter sido presidente da assembleia fiz dois mandatos na oposição com maioria do CDS. No primeiro mandato ainda havia alguma oscilação na votação do CDS. No segundo mandato o grupo parlamentar era blindado. Não se conseguia para fazer

passar uma vírgula, sem a aceitação da maioria do CDS. E depois, politicamente, eu tenho sido outras coisas além de ter sido presidente da assembleia. Portanto o Senhor deputado, quando citar o meu passado — eu vou-lhe dar uma cópia do meu curriculum, não é daqueles universitários de três volumes. O Senhor esquece-se e nomeadamente esquece-se que, para se ser parlamentar, é preciso ter estágio, tirocínio e receber o diploma final. Eu qualquer dia passo-lho que o Senhor já vai benzinho graças a Deus. Muito obrigado.”

Vogal António Regala (PCP)⁰⁴¹:

“O nosso voto a favor é como a própria Moção diz, porque ela é concisa e é contra a colocação de portagens nas SCUTs, na A17 e na A29. São SCUTs que atravessam uma zona importante do nosso concelho, mas que também fazem a ligação do nosso concelho ao resto da região.

Não me parece correcto, nem sério, colocar questões de atropelos da própria Moção, sem ser discutido anteriormente, à posterior. Depois a confusão não está na Moção. A confusão estará porque deputados do mesmo partido votam de uma maneira em Aveiro e por exemplo em Santa Maria da Feira já votam de outra maneira o mesmo tipo de Moção. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Afonso (BE)⁰⁴¹:

“Votei a favor desta Moção apresentada pelo PCP porque esta questão das portagens nas SCUTs, é uma aldrabice política e explico porquê. Já o fiz várias vezes e vou fazer mais uma vez. É que em cada litro de combustível que compramos há cerca de treze cêntimos que é um imposto para essas mesmas estradas. Essas estradas são feitas, são construídas, sem o Estado pagar um cêntimo do investimento e é concessionada à empresa que a constrói para exploração com portagens virtuais. É evidente que acabando essa exploração, passados uns anos, as estradas passam para poder do Estado. Enquanto isso o Estado vai pagando por cada automóvel que lá passa, mas nós já o pagamos no combustível — portanto esta questão é uma aldrabice. É uma maneira de ir ao bolso dos contribuintes, concretamente dos condutores. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS)⁰⁴²:

“Votámos contra a proposta não pelo CDS ser contra no contexto económico actual e no contexto de extrema carga fiscal que o país atravessa sejamos a favor da existência de portagens. Sou frontalmente contra a existência de portagens. No entanto achamos que a Moção tal como está redigida acaba por não ter o efeito que procuraria certamente alcançar. Obrigado”

D) – ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO QUE SE VIVE NO HOSPITAL INFANTE D. PEDRO (PCP);

A Presidente da Mesa⁰⁴³ deu a palavra ao Vogal do Partido Comunista Português, para apresentação da proposta:

Vogal António Regala (PCP)⁰⁴⁴:

“Esta também foi uma Moção apresentada em tempo, quando a situação no Hospital era uma determinada e pelo vistos tem continuidade ainda hoje. E tem pelo seguinte: é que nós neste momento assistimos no Hospital de Aveiro, além da situação provocada e que vem escrito na própria Moção e que com certeza os senhores deputados já leram, provocada por todas as demissões dos Directores de Serviços do Hospital após a demissão da própria Directora Clínica. Acontece que a situação aparentemente vai estável continua a enfermar de questões

que nos são bastantes caras porque do Hospital se trata e porque Aveiro necessita de um serviço tranquilo e eficaz para todos os municípios.

Neste momento assistimos a uma enormíssima afluência às urgências dos hospitais, que terá a ver com a época que se vive de gripes, mas também tem a ver com o encerramento dos SAPs e na falta de pessoal que existe, independentemente de ter sido admitido mais um médico no grupo de urgência do Hospital de Aveiro, ainda se nota uma elevadíssima falta de pessoal quer em médicos quer em enfermagem e auxiliares.

Na Cardiologia continua sem existir. Embora tenha sido posto a correr a notícia de que iria reabrir.

Na Ortopedia está sem Director de Serviços e existe um conflito que deu origem a quatro recusas de médicos para tomarem conta desta Direcção.

A Radioterapia tinha uma convenção com o serviço do Porto e que foi anulado, passando a ser convencionado com Coimbra e piorando significativamente a fluidez do serviço. Fala-se que vai ser alterada para o IPO.

A Litotricia mantém uma convenção com os HUCs mas a resposta é muito abaixo da rapidez necessária – tanto que tem aumentado as listas de espera. Há quem diga que se deve com demoras de pagamentos aos HUCs.

O SOP (Serviço de Observação de Pediatria) não abriu ainda por falta de pessoal.

A Urologia está com o quadro insuficiente, com um tempo de espera perfeitamente inaceitável, para determinados tipos de situações mais graves, nomeadamente cancro da próstata.

A Dermatologia, depois de ter sido encerrada em Março do ano passado, reabriu agora com uma médica. Tendo em conta a insuficiência do quadro de pessoal tememos que possa encerrar também.

Entretanto em 15 de Fevereiro o Presidente do HIP fez uma reunião em que apresentou o plano estratégico do Hospital para 2007/2009. Deste plano e das conclusões da reunião não deu conhecimento ao corpo clínico, o que causou bastante mal estar. Tanto que esteve marcado para hoje um plenário de médicos devido ao mal-estar que existe dentro do Hospital. E de facto, este mal-estar é extremamente preocupante. E a nós compete-nos saber o que se passa e tentar ajudar a resolver uma situação que para nós deve ser-nos cara. Muito obrigado.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴⁵

Vogal Jorge Nascimento (CDS) ⁰⁴⁶

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁴⁷

Vogal Miguel Fernandes (CDS) ⁰⁴⁸

(Saíram da sala os Vogais António Ildebrando Nunes Costeira e João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁴⁹:

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Para lembrar que nós temos dois representantes desta Assembleia Municipal na área da Saúde. Um que é o representante municipal junto do Hospital de Aveiro e outro que é o representante para a Saúde no município. Por isso, a informação que tem sido prestada a esta Assembleia Municipal no que diz respeito na área da saúde até parece que está bem coberta. Aliás, ainda aqui na apresentação desta proposta nós verificámos um exemplo em como aquilo que uma eventual comissão poderia averiguar no que diz respeito ao funcionamento bom ou mau — e neste caso mau, do Hospital de Aveiro, foi aqui dito e foi aqui explicado pelo nosso colega de Assembleia António Regala. E por isso, o trabalho que a

Comissão poderia fazer está feito. O que nós podemos é protestar pelo facto do Hospital de Aveiro ser notícia não por aquilo que faz de bem, mas por aquilo que vai fazendo de mal e pela desorganização que nos presenteado a nós todos aveirenses. E também devemos protestar pelo facto de haver um órgão, o qual esta Assembleia Municipal integra e tem assento, e que não reúne. Isso é que me parece que devia ser o nosso protesto e aí é que me parece que nós deveríamos preocupar também, e manifestar aqui este desagrado. E que se calhar a nossa Presidente da Mesa naqueles ofícios que manda para as diferentes entidades enviasse e fizesse lembrar ao Hospital que há um órgão em que a Assembleia gostaria de participar, que tem um representante e gostaríamos de ser informados nos locais próprios daquilo que se vai passando. Por isso, sendo assim, achamos que poderá não haver razão para que haja uma comissão. Porque é sempre uma comissão política. Todas as comissões que nós pudéssemos criar aqui nesta Assembleia são comissões políticas; não são comissões técnicas. Nós não estamos aqui como técnicos, estamos aqui como políticos. E é nessa qualidade de representantes do cidadão aveirense que nos devemos participar nas comissões. Mas neste caso, pelo que foi já demonstrado me parece que será trabalho que poderá ser até duplicado em relação a outro que até esteja feito. Muito obrigado.”

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁵⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵¹

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁵² colocou à votação o ponto 6, alínea d) – Acompanhamento da situação que se vive no Hospital Infante D. Pedro; sendo rejeitada a proposta com um voto a favor (PCP1) onze abstenções (PS10+BE1) e vinte três votos contra (PSD17+CDS6).

Declarações de voto:

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁵³:

“Primeiro devo dizer que, quem tem acompanhado a vida política do país desde o 25 de Abril e até agora, nota que o Partido Comunista tem uma certa frustração. Tem saudades do poder que nunca alcançou, que é uma coisa nostálgica da ambição frustrada e, portanto, sempre que pode põe aqui todo o seu programa de governo que não consegue exercitar desde 1975.

Subjacente terá alguma razão porque a Saúde não vai bem. Vai melhor que ia no tempo do Santana Lopes, isso também é certo, mas não está ainda bem, temos que afinar estas coisas, vai devagar e como deixaram o país sem dinheiro — como a Câmara de Aveiro se queixa, municipalmente falando, não é? Como deixaram o país sem dinheiro faz-se o que se pode, mas realmente não somos contra o pressuposto desta proposta, mas não a podemos acompanhar.

Aliás, podíamos votar a favor até, cinicamente, porque sabemos que agora a bancada da direita, da coligação, vai começar a votar contra todas as comissões ad-hoc, portanto nós podíamos afoitamente votar a favor; ficávamos bem vistos na esquerda unida, se o Bloco também entrar — podíamos votar a favor sem risco. Agora chumbam as comissões todas. Está bem...

Já agora, eu devo dizer-lhe, não é beliscão, porque eu não tenho jeito para beliscões, já tive, mas aí há dez anos a esta parte, não tenho grande jeito, por evolução natural das coisas e também não dou ferroadas de mosquito, eu quando ataco abocanho mesmo. E o senhor deputado quando não suporta um aparte parlamentar, não pode ter o alvará parlamentar! Tem que fazer uma reciclagem — já não lhe passo o alvará outra vez. O senhor perturba-se quando um cowboy qualquer lhe faz um aparte!? O senhor perde o fio à meada. É um escolástico clássico, ortodoxo, parece que saiu dos estados gerais de Coimbra, lá de cima. É tal e qual! É um universitário ortodoxo. Fazem-lhe um aparte fica baralhado, perde o norte. Ouça, quando

começar uma intervenção avance concentrado, porque se o fizer não ouve nada; nem apartes, nem comentários.

Nós tivemos que nos abster por estas razões acabadas de expor. É que se calhar justificava-se uma comissão ad-hoc porque os representantes das comissões não piam nem mugem, com a boca coladinha. O senhor deputado, isto não é beliscão é apalpadela. Eu se estivesse numa comissão que não reunia escarrapachava e dizia “que bagunça é esta, que estou aqui numa comissão que não reúne?” Interpelava quem devesse convocar a comissão ou pedia a demissão, para não fazer figura de miolo de enxergão. Demitam-se.”

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁵⁴:

“Senhora Presidente. Senhores membros da Assembleia. Abstive-me por razões éticas, porque sendo eu um funcionário, um colaborador de saúde, e membro da instituição aqui em causa, queria distanciar-me dos problemas vertentes, não sem que corrobore grande parte da opinião que subjazia à proposta. Mas com a ressalva, porque julgo estarmos a tratar de coisas muito importantes, porque é de vida que se trata e há coisas muito importantes que aqui estão em causa e nós devemos sabê-las acautelar. Já invectivei a Câmara no sentido de tentar fazer qualquer coisa para inverter algum ritmo dos acontecimentos, mas quero crer que eles só poderão ser feitos se for utilizada visão estratégica, competente, eficaz e eficiente — se não for assim é preferível não fazer rigorosamente nada, dado que interiormente as instituições também encontram meios, elas próprias para tentar reverter ou fazer reverter qualquer situação. Foi isso que fizemos hoje às 11 horas da manhã, a dar o início interno. Disse.”

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁵⁵:

“Eu é só para corroborar a minha declaração de voto. É exactamente a apresentação da proposta e a causa de tal, no entanto para esclarecer que o votar a favor independentemente de estar na comissão municipal de saúde, não quer dizer que ela não reúna. Aliás parece-me que o Dr. Carlos Candal aqui distraiu-se um bocado porque tomou pouca atenção à Síntese da Assembleia Municipal do ano de 2006, em que vem lá exactamente as reuniões que houve, que a Senhora Presidente mandou que eu fizesse o relatório com as reuniões que houve. Só que este ano é que ainda não houve nenhuma. E a Comissão Municipal de Saúde, pode ter lá o representante do hospital ou pode faltar o representante do hospital. No ano passado o representante do hospital ia sempre porque a Administração delegava na Directora Clínica do Hospital. e a comissão também nunca reuniu. Agora quanto a essa questão da comissão funcionar ou não, isto é tudo uma questão de tempo. É só esperar até ao segundo semestre do ano. Se ela não funcionar eu serei o primeiro a informar esta Assembleia que a comissão não funciona. Aliás, já está sem funcionar desde o final do ano passado que foi a última reunião que fez. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰⁵⁶:

“A minha declaração de voto, eu pedia que a minha intervenção ficasse transcrita em acta e que funcionasse como declaração de voto.”

E) – PROPOSTA CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA PDA-EM (PS);

A Presidente da Mesa ⁰⁵⁷ deu a palavra ao Vogal do Partido Socialista, para apresentação da proposta:

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁸:

“Após esta discussão que fizemos sobre as outras comissões, eu creio que nesta não haverá problemas de maior — pelo menos estou convencido disso. Em primeiro lugar porque é claramente uma competência da Assembleia fiscalizar ou que na comissão do Hospital não é competência da Assembleia fiscalizar o Hospital, mas nesta é claramente porque é uma empresa municipal. Depois porque é um projecto decisivo e que está a iniciar o seu desenvolvimento e vai marcar a cidade para os próximos 30 ou 40 anos. Portanto estou convencido que não vai levantar grande celeuma porque eu acho que esta Assembleia não se pode alhear dum projecto decisivo do que é o desenvolvimento do município nos próximos 10 ou 20 anos. E por isso faço esta apresentação e espero depois ter tempo no final para defender a proposta no fim se for caso disso.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁵⁹

Vogal José Costa (PS) ⁰⁶⁰

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁶¹

Vogal Miguel Fernandes (CDS) ⁰⁶²

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰⁶³

Vogal Rocha de Almeida (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰⁶⁴:

“Senhora Presidente, Senhores deputados, muito brevemente para informar a posição do Partido Social-Democrata quanto a esta proposta.

Queríamos dizer em primeiro lugar que analisámos com preocupação, com cautela, e bastante ponderadamente a proposta que nos foi chegada. E dessa análise concluímos que nesta fase e porque não há outra razões a não ser a razão política, que não deveríamos acompanhar esta proposta de criação de comissão. É uma comissão política e entendemos que estamos a introduzir política onde ela não deve estar.

Foi aqui já dito hoje de que este é um projecto com grande futuro activo. Eu lembrava que antes da PDA o grande projecto e as grandes perspectivas activas para o concelho era o Plano do Centro. Desbaratou-se e deixou de ser activo para ser “passivo”. E porquê? Talvez porque tenha entrado política a mais e técnicos a menos. Não é admiração e não é desconhecimento dos senhores deputados que uma administração de uma empresa e principalmente de uma empresa em que faz parte uma entidade privada ratificada por esta Assembleia. Mas dizia eu que a administração de uma empresa e a questão das suas opções são por princípio actos que requerem recato, reserva, e muitas das vezes confidencialidade.

As estratégias de investimento e os timings de cada acção concreta exigem por parte dos gestores e dos investidores prudência e sigilo por forma a não sentirem pressão sempre nefasta para o desenvolvimento dos projectos que têm em mãos.

Não é segredo para ninguém que estrategicamente se torna necessário por vezes dar enfoques a assuntos que muitas das vezes visam tão só desviar a atenção daquilo que se quer fazer. E que não pode gerir-se uma empresa no seu início que está a dar os primeiros passos não pode correr o risco das suas decisões irem para a praça pública ou serem de uma forma por vezes impensada comunicadas para o exterior.

O que se pretende com esta comissão de agilizar as acções, favorecer decisões, propiciar apoios, encurtar prazos, influenciar opções, etc, etc, julgámos que uma comissão não vai qualquer interesse. Nem o interesse municipal, muito menos o interesse da PDA e o grande projecto (que estamos todos de acordo) que é para Aveiro.

A política tem destas coisas. Gosta de estar, gosta de ser vista, gosta de dar nas vistas e às vezes torna-se atrevida. Para bem do que está bem, do que está são e do que está correcto, não se pode introduzir nesta fase nenhuma estabilização em nosso entender. Uma comissão de acompanhamento não é oportuna para nós neste momento. Para questionar, dar palpites, carrear para fora do estrito espaço da empresa informação, criar ou dar influências entendemos que não. Não é uma posição de “deita abaixo”, de não querer comissões. É uma posição consciente e responsável. Nesta fase o Partido Social-Democrata entende que não conveniente a constituição de uma comissão de acompanhamento da PDA. Porque não faltam meios, não falta capacidade e não falta vontade de se dar informação a esta Assembleia ou a todos os senhores deputados que entenderem informação mais privilegiada sobre a vida da PDA. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁶⁶:

“Eu não esperava essa atitude por parte da maioria! E não esperava porquê? Porque nós somos uma Assembleia Municipal e somos eleitos pelos partidos. Mas estamos aqui para além disso. Temos obrigação de representar os eleitores que nos elegeram, mas temos a obrigação suprema de fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento correcto da nossa cidade. Nomeadamente naqueles que são os planos estratégicos do desenvolvimento do município. É para isso que estamos aqui, não é para outra coisa qualquer.

E se pensar um bocadinho (e se calhar foi por isso que na intervenção dessa bancada não foi o líder que falou) seguramente se lembrará da comissão de acompanhamento da EMA que foi criada quando o PS era poder e tinha maioria; a comissão de acompanhamento da POLIS — todas com resultados positivos senhor deputado. O PS votou contra a constituição de algumas comissões mas nunca fez regra. Nunca fez regra! Eu devo dizer com sinceridade que votar contra esta comissão, ao contrário do que o senhor diz, eu não percebo sequer porque é que uma proposta de criação de uma comissão justifica um texto trazido de casa? E fico preocupado ainda mais e estou a achar muito estranho, devo dizer, que estou a achar muito estranho tanto na bancada do PSD como na bancada CDS — ainda não sei o porque dessa posição! Mas vou descobrir.

Mas devo dizer mais. Ignorar a competência de fiscalização do órgão para o qual fomos eleitos é um crime que lesa Aveiro. E V. Exas. ao votarem contra uma comissão de acompanhamento, paritária, sem a preocupação de fiscalização excessiva porque não era a competência da comissão de acompanhamento — era garantir que a Assembleia Municipal se vai aliar duma das suas principais preocupações. Porque a Câmara só por si precisa também desta ajuda. É por isso que estamos aqui. E não confunda as coisas. Porque ser eleito membro da Assembleia Municipal por um partido, por muita solidariedade que se tenha de dar ao executivo do mesmo partido, que é o vosso neste caso, não é tudo. Estamos aqui para bem mais do que isso.

E devo dizer também mais: que o poder alterna, vai alternando, e esta comissão era uma comissão para manter. Sinceramente estou desgostoso convosco. Acho que passaram o risco da solidariedade, acho que não faz sentido a vossa posição minimamente e acho que cometeram um crime de lesa Aveiro.”

Vogal Rocha de Almeida (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁶⁶:

“Senhor deputado Pires da Rosa, estou a ver o senhor muito magoado. E que quero pedir-lhe desculpa porque a única coisa que eu não quero é que vá para sua casa magoado com uma coisa destas. Eu disse e escrevi, e ainda bem que o escrevi (eu escrevo tudo) que depois é para verificar que não há ofensa nenhuma. E não escrevi só isso. Porque se fosse a ler tinha aqui dez páginas. Porque de acordo com o que vou reflectindo escrevo — é um vício que tenho, repare.

E de facto o senhor está muito magoado com coisas que eu não entendo. O Senhor fez aqui a proposta e aquilo que definiu foi comissão de acompanhamento a empresa municipal. A pedra de toque para nós, e julgo que para o Partido Socialista também porque está a fazer parcerias com privados a nível nacional (mesmo o próprio governo), é existir uma entidade privada. Nós convidamos uma entidade privada — então os senhores vem para Aveiro? Venham que nós arranjam uma comissão política para cima. Este é um convite e um belíssimo exemplo para atrair investidores privados para começar a tentar sanar problemas que temos nas empresas municipais senhor deputado! Julgo que o senhor depois de ler o que eu disse, depois reflectir o que lhe estou a dizer, que me vai dar os parabéns e verifica que não está a ver bem as coisas. Esta é a minha convicção. Disse.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁵⁴:

“Senhor deputado, aparte da sua subjectividade e dos seus sentimentos que não os ponho em causa, mas porque fez aqui uma consideração que eu acho que é relevante, considerar na sua opinião que isto é um crime de lesa Aveiro, fica no seu interior. Agora, afirmar, e é esse o esclarecimento que lhe peço, que esta Assembleia se vai alhear da acção de fiscalização sobre esta realidade — isso é que eu acho e considero grave! Vai ter que dizer-me e justificar-me, porque é que afirma isso.

Porque daqui para o futuro, nada me impede enquanto vogal deste colégio, como qualquer outro membro desta Assembleia, apontar falhas ou situações que se venham eventualmente irregulares sobre este investimento. Portanto, eu gostaria que me concretizasse porque é que esta Assembleia se vai alhear da acção fiscalizadora.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁵⁵:

“O senhor Dr. Pires da Rosa referiu uma experiência e isso é de facto positivo que tenha trazido de facto isso à coacção. Mas eu gostava de pormenoriza-se os pontos concretos que a comissão de acompanhamento da EMA, em que essa comissão tenha sido útil? Faça esse pedido ao senhor.”

Vogal Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁵⁶:

“O esclarecimento é só este: Um, a PDA é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos.

Dois, nós fazemos parte da Assembleia Municipal de Aveiro e temos obrigação fiscalizar e prover para que o dinheiro público seja bem gasto.

Três, a PDA é responsável por um projecto que vai ser decisivo para o desenvolvimento estratégico dos próximos trinta anos.

Quatro, o parceiro privado sabia bem os termos da sociedade onde entrou.”

De seguida a Presidente da Mesa⁵⁷ colocou à votação o ponto 6, alínea e) – Proposta constituição de uma comissão de acompanhamento ao desenvolvimento da PDA-EM; sendo rejeitada com onze votos a favor (PS10+BE1) uma abstenção (PCP1) e vinte três votos contra (PSD17+CDS6).

Declarações de voto:

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰²¹:

“Vou falar de acordo com o residente “Lange Strasse 4 Bis em Stuttgart”. Tal e qual como ele relacionava o ser com a terra, nós hoje entendemos bem o que representa a filosofia guppy, em alternativa. Foi disso mesmo que se tratou. E no sentido do combate à filosofia guppy que está instalada neste momento na autarquia, os aveirenses tem de facto que ter imensas reservas e imensas ressalvas. É por isso que eu, voto contra, isto é, voto a favor, voto contra a postura negativa guppy da bancada maioria. Disse.”

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²²:

“Senhor deputado Rocha de Almeida, eu gosto muito de o ouvir. Ali o deputado Coimbra às vezes não gosto, mas a si de uma maneira geral gosto. Mas ele é mais prudente no que diz. É mais contemporizador. Está a ficar ali nos intermédios e tal e o senhor é mais radical.

E o radicalismo tem aspectos negativos. Votam contra isto por ser uma comissão política! Nós votámos a favor por ser uma comissão eventual, POLÍTICA — porque é isso que nós estamos aqui a fazer é política. Ó senhor deputado, não tenha medo da palavra! Desde 1975 que não é proibido, nem perigoso, nem feio, dizer que se faz política. É isso. Viva a política. Não tenha medo da política; não tenha medo.

Então o que é que quer? Uma comissão eventual do município, gastronómica!? É política. Tenha é medo de posições radicais e sistemáticas. Essa vossa posição de ir agora chumbar as comissões ad hoc todas, porque a partir de certa altura se não chumbam vocês chumbamos nós, porque a tal política não é só para alguns. Os senhores estão a matar as comissões eventuais. Tenham a coragem de as suprimir do regimento. Há muitas Assembleias Municipais que não tem comissões municipais e onde não se fala tão extensamente e abusadamente como aqui.

Na Assembleia Municipal de Vagos aviam uma agenda de 14 pontos em duas horas. Ninguém fala! Tiram-lhes o pio! É isso que os senhores querem, Maioria!? Se querem a maioria para isso, eu digo-vos onde é que a devem meter, que é no cofre das coisas velhas e ultrapassadas pelo 25 de Abril.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) ⁰²³:

“Votámos pontualmente contra esta comissão porque entendemos que nesta fase a empresa municipal tem os seus órgãos próprios, que podem fazer perfeitamente a fiscalização nesta fase. E não está excluída, antes pelo contrário, esta Assembleia não deve alhear-se dela própria fazer o acompanhamento da empresa, nos momentos em que as empresas comunicam os seus relatórios e fora deles. Não está excluída portanto essa hipótese e esta Assembleia deve muito bem, acompanhar a empresa por essa via. Muito obrigado.”

F) – MOÇÃO – QUE A PRESIDÊNCIA DA MESA INDAGUE JUNTO DA I.G.F., QUAL A CAUSA DA DEMORA DA EMISSÃO DO RELATÓRIO FINAL DA “AUDITORIA FINANCEIRA” À CÂMARA MUNICIPAL (PSD).

A Presidente da Mesa ⁰²⁴ deu a palavra ao Vogal do Partido Social-Democrata, para apresentação da proposta:

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰²⁵:

“A Moção foi apresentada já no período de antes da ordem do dia, foi retomada já por alturas da comunicação do senhor Presidente da Câmara. Eu não tenho nada mais a acrescentar àquilo que disse porque foram ditos os pressupostos que motivaram a existência desta moção,

que é o facto de realmente nós ainda não termos e não sabermos porque razão o relatório final da IGF é do conhecimento público. Muito obrigado.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁷⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁷⁷

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰⁷⁸:

“Eu comungo das preocupações que aqui foram trazidas de que a direita desta Assembleia tem de facto medo da política. Os argumentos politicamente desonestos que utilizaram aqui para anular as comissões não tem qualquer sentido político e não são objectivos.

Relativamente a esta moção eu não faço como vocês, eu objectivamente aponto uma das questões porque não estou a favor. Porque é incompreensível os senhores com a maioria que tem, com o comportamento político que tem, exijam à IGF porque é que não tem o relatório pronto e não tenham a ombridade de exigir à empresa particular que fez a auditoria, a qual custou em moeda antiga 30 mil contos ao erário público. Porque é que os senhores não incluem aqui nesta moção a exigência à empresa que está a fazer a auditoria. É fácil exigir aos órgãos estatais, mas porque é que não se exige a quem se paga. Um relatório que em meu entender era desnecessário, é uma duplicação e em que não se exige prazo! Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) ⁰⁷⁹:

“Eu queria que o senhor deputado Jorge Afonso me esclarecesse se tem presente que essa auditoria encomendada tinha um prazo previsto no contrato e que esse prazo ao que se põe ainda não foi atingido, portanto se tem presente isso.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰⁸⁰:

“Eu pensei que também isso estivesse esclarecido. Porque nós já aqui ouvimos a posição da Câmara, ouvimos a posição das diferentes bancadas, em que esclareceu que a inspecção que está a ser feita paga pela Câmara ainda não terminou o seu prazo.

Agora o que acontece é que falou-se na eventualidade de haver relatórios preliminares. E aquilo que a Câmara ficou de dar conhecimento à Assembleia era que iria indagar junto da empresa que neste momento está a fazer a auditoria para que pudessem ser distribuídos os relatórios preliminares e os relatórios intermédios.

Agora o que acontece é que o relatório preliminar da IGF já existe, já passam 6 meses de que foi feito o contraditório e nós continuamos a não saber porque razão é que nós ainda não temos o relatório!?”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰⁸¹:

“Eu não tenho nada que esclarecer documentos informativos que não me são fornecidos. Os senhores são da maioria é que podem informar esta Assembleia, não sou eu.”

De seguida a Presidente da Mesa ⁰⁸² colocou à votação o ponto 6, alínea f) – Moção – que a Presidência da Mesa indague junto da I.G.F., qual a causa da demora da emissão do relatório final da “auditoria financeira” à Câmara Municipal, sendo a mesma aprovada por maioria com vinte um votos a favor (PSD14+CDS6+PS10+PCP1) quatro abstenções (PSD3+BE1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

De seguida a presidente da Mesa⁰⁸³, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal.

Eram 00:15 horas do dia 17 de Março de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)